

A RESIDÊNCIA FRANCO DE MELLO EM TRÊS TEMPOS

DA DOMESTICIDADE *BELLE ÉPOQUE* AO CENTRO DE
CULTURA, MEMÓRIA E ESTUDOS DA DIVERSIDADE
SEXUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo, mestre pela Escola de Engenharia de São Carlos e doutora pela FAUUSP.
Professora da Escola da Cidade desde 2003 e da FAUUSP desde 2013.
E-mail: joana-mello@usp.br

PEDRO BERESIN SCHLEDER FERREIRA

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
Arquiteto e urbanista pela Escola da Cidade. Mestrando pela Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo. E-mail: pedro.beresin@live.com

CAMILA RAGHI

Centro de Estudos da Conservação Integrada, Olinda, Pernambuco, Brasil
Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal do Paraná, especialista em conservação e restauração de monumentos históricos
(XIV CECRE – UFBA/Unesco) e em gestão de obras de restauro pelo Centro de Estudos
da Conservação Integrada (2008). E-mail: cacaraghi@hotmail.com

EDUARDO FERRONI

Escola da Cidade, São Paulo, São Paulo, Brasil
Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo e mestre pela mesma instituição. Titular da empresa Hereñú+Ferroni Arquitetos.
Professor na Escola da Cidade desde 2002. E-mail: eduardo@hf.arq.br

PABLO HEREÑU

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo, mestre e doutorando pela mesma instituição. Titular da empresa Hereñú+Ferroni
Arquitetos. Professor na Escola da Cidade desde 2002 e Professor Visitante da Universidade
da Florida – EUA desde 2007. E-mail: pablo@hf.arq.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i20p36-77>

RECEBIDO
20/08/2015

APROVADO
02/12/2015

A RESIDÊNCIA FRANCO DE MELLO EM TRÊS TEMPOS: DA DOMESTICIDADE *BELLE ÉPOQUE* AO CENTRO DE CULTURA, MEMÓRIA E ESTUDOS DA DIVERSIDADE SEXUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO¹

JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA, PEDRO BERESIN SCHLEDER FERREIRA, CAMILA RAGHI,
EDUARDO FERRONI E PABLO HEREÑU

RESUMO

As novas instalações do Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo serão implantadas junto a um dos últimos remanescentes da arquitetura residencial que marcou a paisagem da Avenida Paulista, hoje um eixo urbano consolidado, espaço público por excelência de profundo significado político e cultural. Seu projeto dialoga com os desafios da cidade e sociedade contemporâneas e com a história da cidade, da arquitetura e da família. Por isso, o presente artigo recupera a história da Residência Franco de Mello, indicando os seus usos e vivências; a autenticidade de seus elementos; as alterações, reformas e ampliações, bem como a sua ambientação urbana, informações estas que subsidiaram as decisões dos projetos de arquitetura, paisagismo e restauro também aqui apresentados.

PALAVRAS-CHAVE

Restauração. Ecletismo. Avenida Paulista.

1. Esse projeto é resultado do edital PROAC n. 13/2014, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo através do Concurso de Apoio a Projetos para Restauração de Imóveis Tombados pelo Condephaat. Participam de seu desenvolvimento: Eduardo Ferroni e Pablo Hereñu (Coordenadores); Júlia Moreira (Estagiária); Fernando Martines (Maia Martines Arquitetura e Design) (Aprovação Legal); KRM Restauração e Conservação Ltda. (Prospecções pictóricas); Eng. Marcos Lima Verde Guimarães e GAM Eng. Associados S/S Ltda (Engenharia de Fundação); Arq. Camila Motoike Paim; Arq. Camila Raghi (Coordenadora de Restauro); Arq. Camila Reis; Arq. Diogo Augusto Pereira; Arq. Levy Vitorino (Equipe do concurso); Joana Mello de Carvalho e Silva e Pedro Beresin Schleder Ferreira (Pesquisa Histórica).

THE FRANCO DE MELLO RESIDENCE IN THREE DIFFERENT STAGES: FROM THE *BELLE ÉPOQUE* DOMESTICITY TO THE CENTER OF CULTURE, MEMORY AND SEXUAL DIVERSITY STUDIES OF THE STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT

The new facilities of the Center of Culture, Memory and Sexual Diversity Studies of the State of São Paulo will be implemented on one of the last remnants of residential architecture that marked the landscape of Avenida Paulista, now a consolidated urban axis, model public space and with deep political and cultural significance. Its design addresses city's and contemporary society's challenges, but it also conveys the history of the city, the architecture and the family. This article reviews the history of the Franco de Mello Residence, indicating its uses and experiences; the authenticity of its elements; its changes, renovations and expansions, as well as its urban setting. This information was the foundation for the decisions related to architectural design, landscaping and restoration also presented here.

KEYWORDS

Restoration. Eclecticism. Paulista Avenue.

A RESIDÊNCIA FRANCO DE MELLO ONTEM

O lote n. 90, atual n. 1919 da Avenida Paulista, foi comprado por Joaquim Franco de Mello no início do século XX. Nascido em Rio Claro, em 1880, mudou-se com seus pais para São Paulo com seis anos de idade. Dizia-se neto de Prudente de Moraes, ex-presidente da República e expoente político da oligarquia cafeeira em fins do XIX. De acordo com a Genealogia Paulistana de Luiz Gonzaga da Silva Leme, o tio de Joaquim Franco de Mello foi casado com a filha do Dr. Prudente José de Moraes Barros (LEME, 1923). A relação entre Joaquim e o ex-presidente, portanto, era de “sobrinho-neto” em lei e não por hereditariedade de seu próprio tronco familiar. Dada a distância, é possível que não houvesse muito contato entre os dois. Isso não o impediu de, ao ser preso por “perturbação do trânsito” em 1927, fazer escandalosa declaração ao Diário Nacional dizendo ter nascido em Piracicaba (terra na qual o ex-presidente viveu parte de sua vida) e que lá tinha enterrados seus avós, dentre eles o “saudoso” Prudente de Moraes (Diário Nacional, 17 dez. 1927). Para chamar-lhe de avô, talvez tivesse relações afetuosas com o oligarca, ou apenas utilizasse de seu nome para legitimar, com poder e riqueza, sua linhagem familiar. A estratégia persiste ao tempo e em depoimentos recolhidos de familiares fomos informados a respeito de seu parentesco com o ex-presidente.

O mesmo se passou com sua esposa, Lavínia Dauntre Salles de Mello, dita sobrinha-neta de Manuel Ferraz de Campos Salles. A Genealogia Paulistana

conta-nos que o pai de Lavínia era filho do tio do ex-presidente. Dessa forma, Lavínia era sua prima-sobrinha. A relação sanguínea dela com o célebre político era mais estreita do que a de Joaquim com Prudente de Moraes, apesar de mais frouxa do que os parentes parecem querer anunciar em seus relatos. Essa ligação talvez seja o motivo para que, apesar do casamento, Lavínia tenha mantido seu nome de solteira, buscando dar “nobreza” republicana à família.

Ao comprar o terreno na Avenida Paulista, Joaquim era ainda jovem, recém-casado com Lavínia. Estava envolvido com negócios imobiliários, além das atividades agrárias constitutivas de seu patrimônio familiar. O hibridismo entre os poderes oligárquicos oriundos da lavoura e as atividades urbanas burguesas foi típico da Primeira República, sendo ele mais um representativo personagem desse liberalismo estamental. Na virada do século, as grandes cidades e todas as atividades envolvidas em sua manutenção, construção e funcionamento passaram a representar grandes fontes para a acumulação de rendas. Muitas das pessoas que possuíam capital concentrado para investir massivamente nesses novos negócios eram senhores de terras, enriquecidos com a exploração da lavoura e agroexportação durante o século XIX. Por outro lado, a penetração no meio urbano demandou a adoção de novos costumes a esses fazendeiros, hábitos de cortesia, convenção e exibição que foram modulados com seus modos anteriores. Esse ideário foi apropriado principalmente das fulgurantes imagens das classes burguesas da França e da Inglaterra, conformando uma nova camada desse complexo camaleão, que alternava transformações e permanências simultaneamente, e que eram cuidadosamente manejadas de maneira a permitir o trânsito conveniente entre o ideário oligárquico e liberal, entre seus diferentes privilégios e entre seus distintos representantes sociais.

Simbolicamente, o universo rural representava a antiga ordem. Seu lugar era ambíguo entre as elites: ao mesmo tempo em que figuravam na cidade como um passado a ser superado pela “civilização”, era utilizado como recurso de legitimação de poder e riqueza pela tradição e ancianidade. Era comum a exibição de arcas e baús do período colonial, semióforos de uma solene sobriedade fidalga, em casas de arrojado ecletismo, signo máximo do cosmopolitismo das burguesias europeias (CARVALHO, 2008). Assim como era comum a uma família como os Franco de Mello construir uma residência com traços de *art-nouveau* ao mesmo tempo em que procurava

ostentar laços de sangue com grandes estirpes da lavoura na manutenção de seus nomes e em notícias de jornal. O avanço da permanência era seu estandarte. Não é de se estranhar que o retrato de Joaquim Franco de Mello nos jornais sempre se alterna entre a qualificação de “fazendeiro” e “capitalista”, e raramente as duas atividades aparecem associadas.

Na trajetória de sua esposa, Lavínia, também há um interessante movimento de oscilação. Apesar de sua ascendência de elite, sabe-se que em 1899 ingressou na Escola Normal em São Paulo e em 1901 foi nomeada professora da Escola dos Veados, no Município de Colombo, ambos noticiados no jornal *A República*. Ora, a busca por um ofício não fazia jus ao ideal das jovens senhoras de elite, para as quais os anseios estariam focados na conquista de um bom casamento. A busca profissional pode ter insurgido por gosto e iniciativa próprias ou por situação de aperto ou decadência de sua família. De qualquer forma, não há notícia de que tenha assumido o cargo ou finalizado o curso de formação. Após o casamento com Joaquim, passa a dedicar-se exclusivamente à administração do lar e da vida familiar.

FIGURA 1

D. Lavínia Dauntre Salles de Mello com os filhos Raul (à esquerda), Raphael (à direita) e Rubens (à frente). Fonte: Álbum de família.



Apesar do casal comumente figurar nas colunas sociais de *O Correio Paulistano*, não há notícias de que Lavínia estivesse presente em eventos sociais. Seu nome aparece apenas em celebrações fúnebres, ao contrário do marido, que fortuitamente comparecia a festas de aniversário e exposições de arte. Não há relatos de que frequentasse teatros, espetáculos de música, passeios no “triângulo” ou no Trianon, salões, exposições, e outras atividades bastante comuns às mulheres casadas, que o faziam tanto para o próprio divertimento como para ostentar a vida “aristocrática” que o labor de seus maridos lhes permitia, assim como realizar contatos sociais de capital importância para a manutenção do *status* familiar (CARVALHO, 2008).

No caso de Lavínia, parece que a atribuição do *status* residia na manutenção de uma imagem de recato e decoro domésticos, símbolos de uma forma tradicional de distinção social (MARINS, 2001; CARVALHO, 2008). Dos múltiplos retratos que deve ter tirado em vida, nos restou apenas um, realizado provavelmente na década de 1920. Apesar da espontaneidade apresentada, trata-se de uma foto encenada, feita por um profissional contratado. A foto é realizada em casa, remetendo seus significados diretamente à vida nesse espaço. O intuito geral parece ser o de retratar um lar onde era respeitado o rigor tradicional, mas também propiciada uma convivência sadia e agradável, fina sintonia estabelecida pela senhora, uma mãe de família.

A mão que endireita é a mesma que afaga. A dupla ação da mãe, que disciplina e acolhe, pode ser lida na astuciosa composição da cena criada pelo fotógrafo. É clássica a ordenação dos corpos, em que Lavínia figura sentada, o filho mais novo sentado em uma banquetta à frente e os mais velhos em pé, um em cada flanco. Estar sentado enquanto outros estão em pé é tradicional sinal de hierarquia, de respeito, poder e ancianidade. Lavínia não é só o centro da foto, mas toda a organização da imagem remete a seu caráter como mãe e virtuosa administradora do lar.

A aparência de ordem é estendida para o vestuário dos garotos. O mais velho leva terno completo, de cores sóbrias, com gravata bem atada e colarinho abotoado, sinais de que está no caminho de tornar-se um homem de respeito – bem educado, com trabalho fixo, boa renda e sólida conduta moral. Os outros dois levam roupas mais juvenis, mas igualmente bem assentadas e engomadas. O topete de Raul está perfeitamente delineado, exibindo o frescor de seus cabelos bem lavados. Limpeza essa que também

é ostentada nas roupas brancas – quase límpidas! – do pequeno Rubens. Manter uma criança limpa era um grande desafio e a pureza da cor mais sensível à sujeira, o branco, era a prova de impecabilidade no governo doméstico e no cuidado com a saúde dos filhos (CARVALHO, 2008).

Em complemento à ordem, forja-se no retrato um ambiente de tranquilidade e descontração. Os sorrisos e caretas, a samambaia, a cadeira de palha trançada, o brilho da luz natural no fundo predominantemente branco de um ambiente externo, provavelmente o alpendre lateral da casa da família, transmitem a sensação de uma desinibida e arejada intimidade. Essa é propiciada pelo carinho, materializado na detalhada decoração do vaso de samambaias, revelando o esmero da mãe no trato até mesmo dos mínimos detalhes.

O despojo e a tradição também estão na figura de Lavínia. A coluna ereta simboliza a retidão de caráter. O longo vestido, que lhe cobre o corpo sem acentuar nenhuma curva, com poucos e simples adornos, afirma certa postura de decoro. Recato que também está no desenho simples das joias: o colar de pérolas e a fina pulseira. Nesses aspectos, assemelha-se à busca pela imagem de respeitabilidade tão comum às senhoras casadas à altura do Império e da Colônia. Por outro lado, a mão que pende e os pés cruzados, assim como a descontração do olhar e do sorriso, revelam seu lado feminino, sensual e encantador. A posição da mão é singela e demonstra certo domínio dos padrões de exibição corporal correntes na época. Porém contrasta com os grandes nós nos dedos, que podem ter sido adquiridos na realização de trabalhos manuais, atividade que estava de pouco acordo com o ideal dominante da vida e corpo que deveria cultivar uma senhora de elite.

Pouco após contrair casamento com Lavínia, em 1905, Joaquim comprou o lote na Avenida Paulista para a construção de seu novo lar, afinal casa e casório também estavam intimamente ligados. A residência para membros da elite era o quartel general do casal, de onde partia o agenciamento de seu *status* e dos negócios, conquistando a maturação social e autonomização econômica do novo núcleo familiar. Junto das recepções, as atribuições físicas da casa informavam aos outros os valores, a riqueza e as relações da família: a começar pela escolha do bairro, passando pela elegância de sua aparência externa, até a mobília que povoava o lar. Como bem descrito por Eudes Campos, a relação entre arquitetura e sociedade no período possuía forte caráter comunicativo:

No final da Idade Clássica reconheceu-se a “expressividade simbólica” da arquitetura por intermédio da teoria do “caráter” dos edifícios, ou seja, à arquitetura era reconhecida a capacidade de transmitir ideias abstratas num nível acima de sua realidade material. À beleza da forma deveria sobrepor-se à “beleza relativa”, também chamada “beleza de expressão”, que é aquela que comunica ideias morais, sociais e intelectuais. De todos os tipos de arquitetura, segundo os teóricos, era a arquitetura doméstica que mais se prestava a expressar os sentimentos sociais e morais do homem. As concepções românticas sobre a arquitetura residencial defendiam, portanto, a ampla utilização do ecletismo tipológico-estilístico, afirmando haver sempre um estilo vernáculo ou histórico idôneo para cada tipo funcional de arquitetura doméstica, urbana ou campestre, e para cada tipo de temperamento e modo de vida do proprietário (CAMPOS, 2008).

FIGURA 2

Residência Franco de Mello, edícula de 1913. O lote vazio, deixado para negócio, aparece no mapa incorporado ao terreno de Thiollier. Fonte: SARA BRASIL, 1930.



FIGURA 3

Retrato de Joaquim Franco de Mello, 1937. Fonte: Fallecimentos. O Correio Paulistano, 10 dez. 1937.



O terreno comprado por Joaquim do Banco de São Paulo era próximo à Vila Fortunata, onde Alexandre Honoré Marie Thiollier e sua família mantinham uma casa de campo. Também eram vizinhos seus os sucessores de Regina Angélica Ferreira de Moraes. O lote de 118m de comprimento por 40m de largura foi dividido por Joaquim em duas partes de 20 x 118m, deixando o lote mais próximo da residência de Thiollier vazio, provavelmente para a realização de negócio que não se concretizou, e o outro para a implantação de sua residência. Isso explica porque, hoje, a casa parece descentrada em relação ao lote original, de 40m de largura.

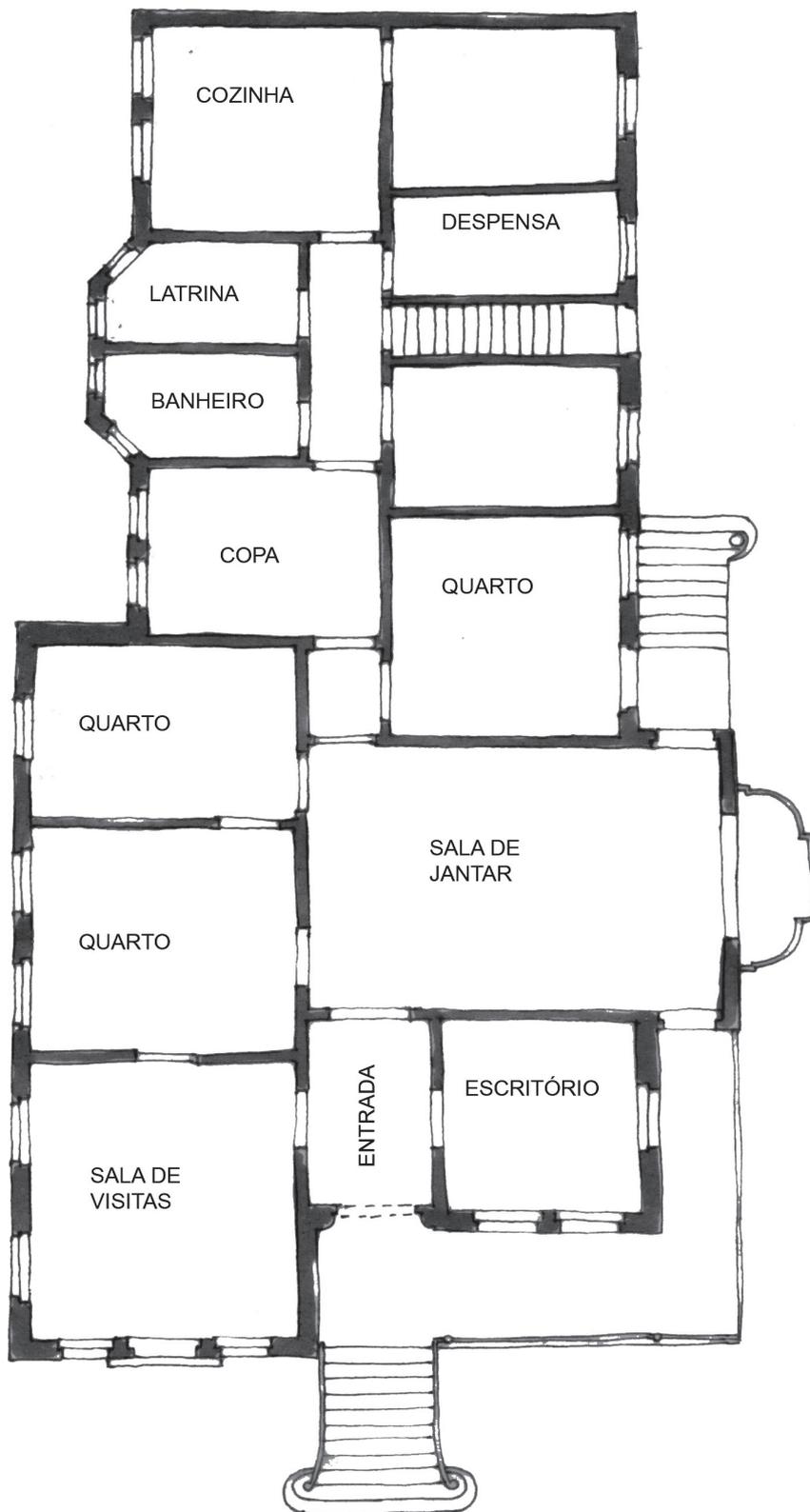
A residência de 1905 foi empreendida sob encomenda de Joaquim a Antonio Fernandes Pinto. Sem diploma de engenheiro ou arquiteto, o empreiteiro português, após a obra, largou rapidamente sua profissão de construtor para viver de juros, à semelhança de seu antigo contratante, tornando-se proprietário de prédios de aluguel.

O estilo eclético com características de chalé, ideal arquitetônico que teve bastante profusão na São Paulo da época (CAMPOS, 2008), de acordo com relato concedido por Renato Franco de Mello, foi escolhido para a residência². Seu tom pitoresco correspondia à característica suburbana

2. Para além do relato de Renato, concedido em maio de 2015, sustenta essa hipótese uma elevação de garagem construída oito anos depois, em 1913, encontrada no Fundo de Obras Privadas do Arquivo Municipal de São Paulo. Essa garagem, da qual há uma foto tirada em 1982, apresentada adiante no texto, possuía características de chalé, o que corrobora a hipótese levantada por Renato, uma vez que é provável que o anexo, como nota-se em boa parte das residências do período, tenha sido construído em consonância com a linguagem do edifício principal.

FIGURA 4

Planta baixa da
residência construída
para Joaquim Franco
de Mello em 1905.
Desenho: Júlia
Moreira, 2015.



da Avenida Paulista de então. É possível que a escolha de uma estética campestre correspondesse à apreciação de Joaquim pela simplicidade e a objetividade como virtudes. Tais características podem ser vistas em seu retrato: o despojo da barba e dos óculos, tão comum nos retratos masculinos da época, signos de uma mente iluminada pelo trabalho intelectual, revela a sua preferência por mostrar a si mesmo como um empreendedor. Esse aspecto pragmático da personalidade de Joaquim também se faz presente nas proporções da casa, que possuía aproximadamente 230m², não tendo dimensões de nenhum casarão ou palacete.

A geometria retangular da construção foi fortemente influenciada pelas limitações do estreito lote. Conseqüentemente, a planta da casa possuía apenas um corredor que estruturava toda a circulação no sentido frente-fundos, reminiscência da “casa-corredor”, presente no solo urbano de São Paulo desde o período colonial (LEMOS, 1999). Havia três pequenas salas que operavam como “filtros” desse trânsito, que tem início na porta de entrada e termina na cozinha. Serviçais e donos realizavam os mesmos caminhos e a presença de uma única latrina, localizada aos fundos da residência, provavelmente levava os visitantes também a frequentarem as áreas íntimas e próximas aos serviços.

Esquemáticamente, a casa podia ser dividida em três áreas: a frontal, onde estavam os cômodos relacionados à recepção (sala de visitas) e ao trabalho (escritório); intermediária, onde se concentrava a vida familiar (sala de jantar e quartos); e fundos, com as peças de serviço (cozinha, copa e despensa) e higiene (latrina e banheiro). A tentativa de setorização e hierarquização dos usos contrastavam com a circulação única, que necessariamente aproximava ruídos, cheiros e corpos pouco desejados, idealmente, para o desenvolvimento pleno das atividades conforme os padrões ditos franceses de morar (LEMOS, 1986; HOMEM, 1996).

As portas que interligavam os quartos frontais (provavelmente dos filhos) e as salas de visitas e de jantar podem ser interpretados como permanência de uma domesticidade característica de algumas residências do Império e da Colônia, nas quais a circulação era simultaneamente realizada pelo corredor e por entre os cômodos. Nesse sentido, pode-se supor que os dormitórios ainda não se configuravam como ambiente de expansão e culto da intimidade, uma vez que serviam também para a passagem entre os ambientes. Nota-se que o mesmo não se aplica ao quarto dos pais, propriamente

resguardado da circulação e de possíveis arroubos de corpos indesejados. Por outro lado, é possível que a existência dessas aberturas, como sugerido por Eudes Campos (1997, p. 472), se destinasse a flexibilizar o arranjo interno, de forma que no cotidiano doméstico, quando não desejada a interligação entre os cômodos, muitas dessas portas teriam sido mantidas trancadas.

As largas janelas de vidro, que permitem a boa iluminação de toda a casa, e a ausência de cômodos enclausurados podem revelar o respeito e conhecimento do construtor das Posturas Municipais que impunham códigos sanitaristas para a edificação de residências (CAMPOS, 1997; LEMOS 1999). Em geral, o respeito às normas sanitárias estava vinculado à classe social do habitante. Na própria reforma da residência de Joaquim, em 1921, vemos que em contraponto ao pavimento principal, com 4,5m de pé-direito, altura que sanava o disposto no Padrão Municipal de 1920³, o subsolo tem apenas dois metros de altura, em desacordo com a regra oficial. Ali ficavam as dependências dos serviços, em uma possível reminiscência dos tempos de escravidão. Ao contrário do térreo, hoje, o ar ali é denso e fétido e a iluminação natural é escassa. Nos projetos, o uso habitacional do porão não foi declarado, evidenciando sua irregularidade frente às normas vigentes⁴.

Para acessar o porão, havia, em 1905, uma escada próxima à despensa, que devia ser utilizada para o cotidiano dos criados. Além da entrada principal para a casa, certamente a mais utilizada pela família, havia também uma entrada lateral, que dava acesso direto à sala de jantar, provavelmente utilizada em ocasiões solenes. Em muitas casas construídas na Avenida Paulista a entrada de alguns ambientes era lateral, indicando a exiguidade de alguns terrenos, mas também outras relações com os recuos, entendidos menos como resíduos e mais como parte constitutiva da casa.

O recuo frontal da Avenida era de 10m, dando volume ao espaço para desenvolver sua expressão. Junto de outros afastamentos (7m da lateral lindeira ao outro terreno de Joaquim, 5m da outra lateral, e mais de 60m aos fundos) permitia a imersão da casa em um contínuo jardim, constituindo uma espécie de moldura que enquadrava a obra arquitetônica como um

3. De acordo com o art. 65 da Lei 2.322 de 9 de novembro de 1920, que estabeleceu o “Padrão Municipal”, “em compartimento de dormir, o pé-direito mínimo é de três metros”, assim como “em compartimento de permanência diurna, o pé-direito mínimo é de dois metros e meio”.

4. O art. 101 da Lei 2.322 de 9 de novembro de 1920 estabelece que “nos porões é proibida a habitação”.

FIGURA 5

Foto da sala de jantar da residência Joaquim Franco de Mello, 2014. Fotografia: Pedro Napolitano, 2015.



FIGURA 6

Foto do porão da residência Joaquim Franco de Mello, 2014. Fotografia: Camila Raggi, 2014.



objeto de apreciação isolada, separada da cidade e de seus vizinhos. O deslumbramento visual se associava às atividades desenvolvidas na casa, sendo uma das principais a realização dos negócios de Joaquim.

Joaquim possuía cerca de 40 imóveis na região central da cidade e realizou loteamentos de terras no interior do estado, todos administrados desde seu próprio lar. O escritório e a sala de visitas, espaços de contato direto da família com os de fora, eram os cômodos que faziam frente à Avenida. O acesso a ambos dava-se por um pequeno vestíbulo que funcionava como um “filtro” de separação e distribuição da vida familiar (sala de jantar), da vida laborial (escritório), da recepção (sala de visitas) e do espaço externo. Assim, como em tempos passados, trabalho e residência, apesar da separação espacial, misturavam-se no ambiente doméstico. A casa como refúgio do agitado universo do labor e da cidade era um ideal “moderno” que incidia sobre a elaboração do lar, mas que não necessariamente se concretizava em seu cotidiano.

Em oposição à masculinidade do escritório, geralmente marcado por mobílias sóbrias e de rígida geometria, a sala de visitas era o campo de ação da senhora. Esse espaço representava a família e estabelecia laços de proximidade e confiança com outros, nele eram servidos os chás e os lanches para a recepção. Se o homem expunha sua virtude racional de *gentleman* nos livros da estante e nos móveis ingleses (escrivania, cadeiras, poltrona), a mulher expunha seus dotes de sensibilidade “artística” e a competência em ser convencional (CARVALHO, 2008).

A decoração da sala de jantar era geralmente constituída por móveis de características similares aos do escritório. Essa simbolização da centralidade masculina era de suma importância para afirmar sua posição de provedor nas reuniões familiares. Porém, durante as recepções para visitantes, a decoração e o esmero difusos dos trabalhos domésticos organizados pela mulher ganhava espaço: a qualidade do serviço e da comida, o bom gosto dos pratos e cristais, o bom comportamento das crianças à mesa. Ao homem, cabia ostentar o poder pecuniário que proporcionava ao lar, à mulher, mostrar a qualidade de seu investimento nos aspectos de maior importância para a manutenção do *status* social das classes médias e altas: o bom gosto e a educação, no sentido da instrução e do comportar-se conforme as convenções.

Na cozinha, ficavam todos os empregados sob o olhar da senhora. Lá eram realizadas as múltiplas tarefas necessárias para a manutenção do lar:

preparar, cortar e cozinhar os mantimentos; limpar e engomar roupas; preparar produtos para a limpeza geral etc. Todas eram atividades de intenso trabalho braçal: um ferro de passar roupa à brasa podia chegar a pesar 9 kg! Pequenos animais e mantimentos também eram cultivados no jardim posterior, sendo a sua sustentação e colheita feita com a força dos criados. Muitas casas do período, cujos projetos são conhecidos hoje pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, indicavam a presença de galinheiros, hortas e pomares, mesmo na Avenida Paulista. Têm-se notícias da permanência desses usos rurais também pelos jornais da época, assim como pelas fotos. Relatos dão conta, inclusive, de que esses usos resistiram até a virada da década de 1940 e 1950.

A Residência Franco de Mello segue o esquema indicado. Junto às criações, em 1913, foi construída uma garagem para automóveis nos fundos, com quarto para o *chauffeur*. Os passeios de automóvel eram o grande fascínio do momento, sendo o desfile da Avenida Paulista um dos mais famosos da cidade. Signos da ostentação de modernidade, velocidade e urbanidade; curiosamente, provavelmente para ornar com o caráter recluso da casa, a garagem foi construída com linguagem também predominantemente de chalé, realizada pelo mesmo construtor.

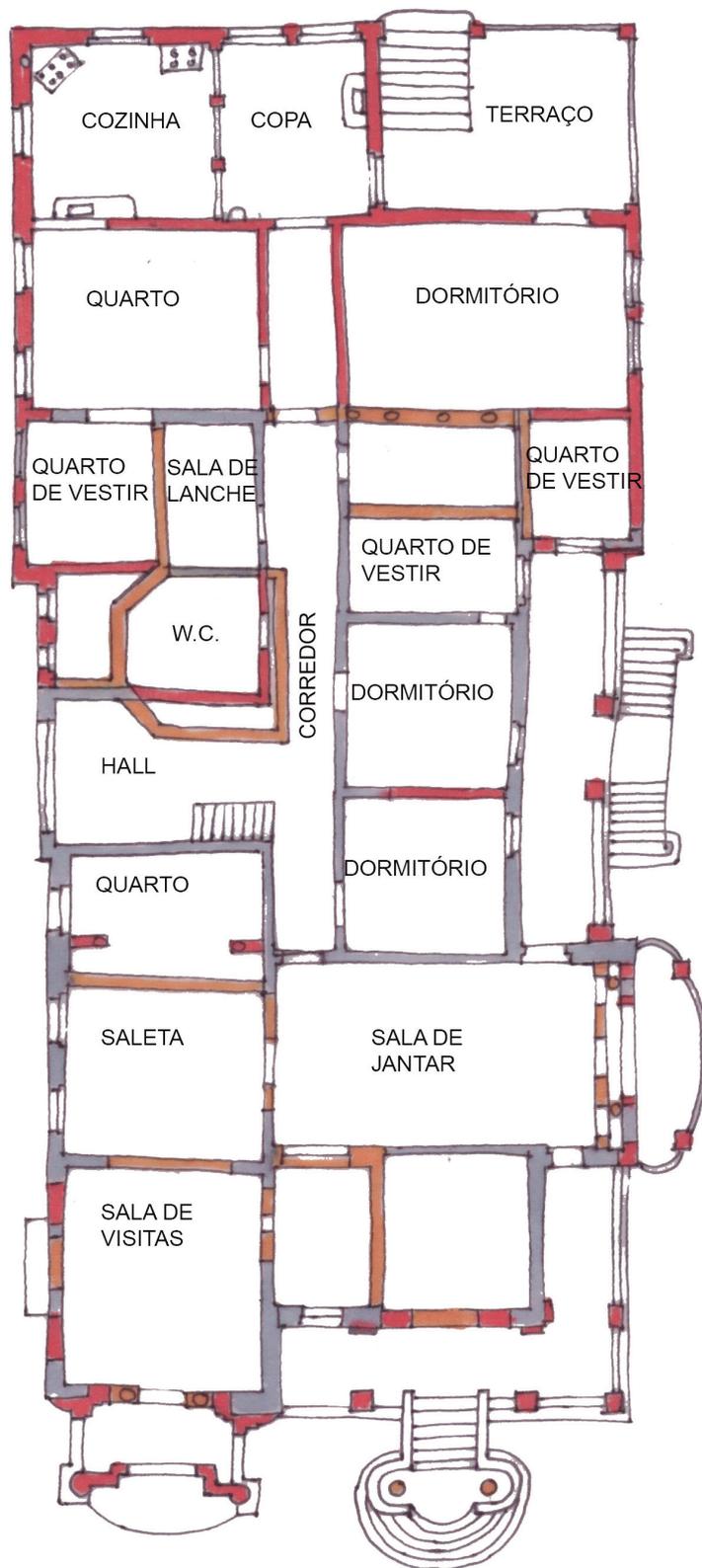
FIGURA 7

Foto tirada em 1990 da edícula/garagem da Residência Franco de Mello. Fonte: Processo de tombamento da Residência n. 1919 da Av. Paulista. Condephaat, 1982.



FIGURA 8

Planta baixa da reforma da Residência Franco de Mello realizada em 1921. Em laranja estão marcadas as demolições, em vermelho as novas construções e em cinza o que foi mantido. Desenho: Júlia Moreira, 2015.



Em 1907 nasceu o primeiro filho do casal, Raphael. Na década seguinte, nasceram os outros dois, Raul e Rubens. O aumento da família, e também seu enriquecimento, podem justificar a necessidade de ampliação da casa, empreendida em 1921. O terreno vizinho, comprado originalmente para negócio, tornou-se o jardim da residência. Da casa antiga, sobraram apenas as estruturas dos cômodos frontais, mudando completamente sua expressão arquitetônica e espacialidade interna.

Àquela altura, a Avenida Paulista já se incorporava mais e mais à cidade. A passagem do suburbano para o urbano se vincula à mudança do estilo de retiro romântico para um eclético mais palaciano. O projeto foi realizado pelo construtor Luiz Ferreira e com desenhos das fachadas elaborados pelo arquiteto Armando Reimann, do qual pouco se sabe, a não ser que trabalhou no Escritório Técnico Ramos de Azevedo durante a década de 1910 (DIAS, 2010). Em 1921, foram entregues para aprovação da Diretoria de Obras Municipal quatro projetos para a reforma da casa, que foi aprovada definitivamente no final do ano. Essa reforma definiu a volumetria e a maior parte dos elementos das fachadas atuais. Posteriormente, outras pequenas reformas foram realizadas, na fachada e internamente, porém, nenhuma destas intervenções causou grande repercussão estética na edificação.

A nova expressão externa da casa é decerto mais formosa e exuberante do que a anterior, porém esse trato é dado apenas à fachada frontal e à parte visível das laterais a partir da rua. A parte intermediária da casa, assim como os fundos, possui ornamentação bastante simplificada, mais despojada. De fato, a hierarquização entre as partes do edifício era um padrão compositivo frequente do Eclétismo, de forma que a fachada principal era em geral mais densamente decorada do que as outras.

Esse efeito é ressaltado ainda pela diferença das coberturas: na frente e em parte do corpo lateral, uma mansarda à francesa, alta e imponente, enquanto nos fundos e na outra parte do corpo lateral há um telhado mais baixo, de telhas francesas, embutido em platibandas. Visto da rua, o telhado frontal esconde o outro por sua altura, assim como a ornamentação da parte das laterais, junto com a vegetação, esconde a sobriedade dos fundos. Esse jogo de imagens, sustentado por um sutil controle do olhar do transeunte por parte do construtor, pode ser associado à nova estratégia da expressão familiar: para o mundo, integra-se o jogo da ostentação, no cotidiano,

mantém-se o despojo. O luxo frontal é literalmente um cenário: a mansarda nunca foi ocupada e nem sequer há escada de acesso para ela no projeto de 1921. O mesmo vale para a torre com a cúpula arabesca, sendo difícil imaginar que realmente funcionasse como um mirante.

O conforto parece ser a regra do espaço interno, talvez com exceção da “sala dourada”. Os cômodos são todos de porte médio, sem arroubos ornamentais majestosos. O assoalho e os lambris de madeira escura dão um tom “inglês” de sobriedade e repouso, sofisticado, mas simples, à maneira de um refinado chalé, indicando possível manutenção de certos traços da morada original, de 1905. O jogo entre luz e sombra, em que a segunda predomina, é acolhedor e mantém a temperatura amena. Nas paredes, as pinturas são de cores foscas e a decoração *art nouveau* induz à quietude se comparada à dramaticidade da fachada. O forro, também de madeira escura, tem um padrão simples, dando pouco destaque à verticalidade do pé-direito. É antes um lar do que um palácio.

FIGURA 9

Foto da residência Joaquim Franco de Mello feita do passeio da Av. Paulista, em meados dos anos 1930. Fonte: MELO, Arnaldo de. Remanso na Avenida. Trabalho Final de Graduação – Escola da Cidade, São Paulo, 2006.



FIGURA 10

Elevação frontal da
Residência Franco
de Mello em 2015.
Desenho: Júlia
Moreira, 2015.

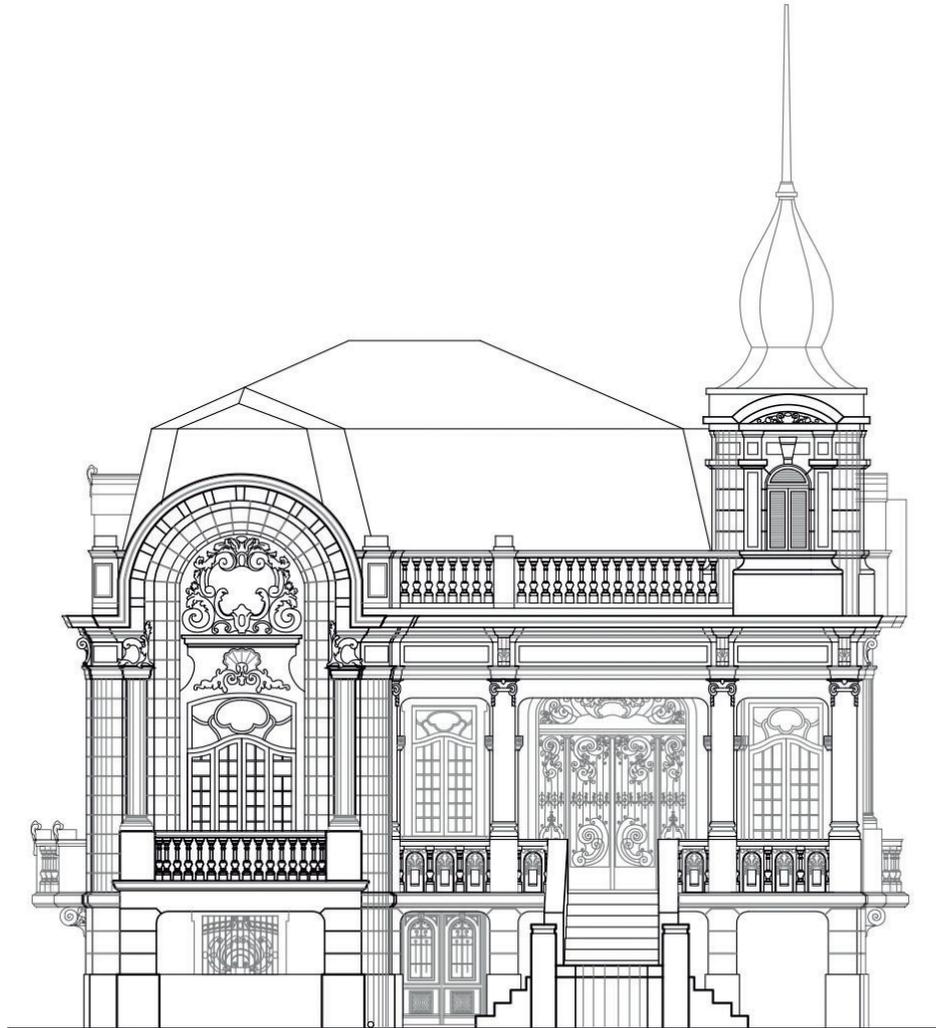


FIGURA 11

Elevação lateral es-
querda da Residência
Franco de Mello em
2015. Desenho: Júlia
Moreira, 2015.

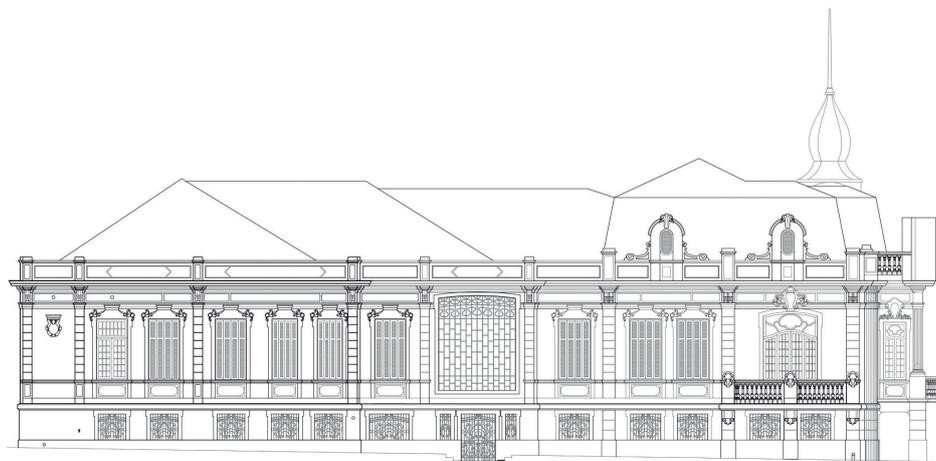


FIGURA 12

Foto dos fundos da
residência Joaquim
Franco de Mello,
2014. Fotografia:
Pedro Napolitano,
2015



FIGURA 13

Foto do corredor da
residência Joaquim
Franco de Mello,
2014. Fotografia:
Camila Raggi, 2014.



FIGURA 14

Foto da lateral da residência Joaquim Franco de Mello, 2014. Fotografia: Camila Raghi, 2014.



FIGURA 15

Foto da sala de estar da residência Joaquim Franco de Mello, 2014. Fotografia: Pedro Napolitano, 2015.



A divisão da casa em três áreas permanece a mesma, porém há sensíveis transformações em suas articulações e hierarquia. O antigo escritório torna-se *hall* de entrada, sendo algumas de suas antigas funções transferidas para o subsolo. Com a adição do terraço da frente e a incorporação dos antigos quartos na sala de visitas, esta se torna a “sala dourada”, denominação literal, que diz por si própria a qualidade de deslumbre brilhante que irradiavam os papéis de parede, os lustres e os móveis. Seu uso era reservado apenas para a recepção de ilustres convidados.

Para a vida familiar, ao lado, havia outra sala de estar, contígua a uma saleta de música, onde ficava o piano de parede de D. Lavínia fazendo par com o violino de seu filho Raul. A exibição dos dotes musicais provavelmente também fazia parte do cortejo aos visitantes, demonstrando a elevada educação da senhora e de sua cria.

Na parte intermediária, são construídos novos dormitórios para os filhos, com um ambiente reservado para vestiário, e o quarto do casal é ampliado com sua ligação, através de colunatas, a um novo quarto de vestir. A importância dada ao vestir é representativa do investimento familiar, pecuniário e temporal, na exibição social dentro e fora de casa.

A circulação estruturada por um único corredor interno permanece a mesma, embora tenham sido criadas alternativas, como as novas entradas do subsolo e a saída pelos fundos, no novo terraço, possibilitando que os serviços circulassem pelos arredores da casa para realizarem suas tarefas e descessem para o subsolo sem utilizar o corredor interno. Esse provavelmente ficava reservado para o acesso da família aos quartos e para a realização dos serviços de cozinha na sala de jantar. A segregação mais acentuada do espaço de serviços do resto da casa é marcada pela interrupção brusca que a porta opaca da cozinha coloca às sucessivas portas envidraçadas instaladas no corredor. Essa porta, com um passapratos giratório, é a nova forma do vestíbulo que em 1905 operava como “filtro” entre as áreas da família e dos serviços, limitando claramente suas relações e distinções.

As portas de vidro, instaladas entre todos os cômodos da área frontal, e a retirada dos vestíbulos do corredor, permitiram que a luz adquirisse grande fluidez no espaço, criando uma ambiência que, apesar de segregada, é também contígua. As portas que ligam a sala de visitas com a “sala

dourada”, a saleta de músicas, o *hall* de entrada e a sala de jantar são duplas e, quando completamente abertas, permitem a criação de um grande salão. Contradizendo a suposta rigidez estrutural e de uso do espaço da arquitetura eclética, consolidada em leituras clássicas (LEMOS, 1986; HOMEM, 1996), essa flexibilidade espacial permitia que diversos arranjos fossem dados a esses cômodos de acordo com a necessidade do momento. Assim, para receber alguém e estabelecer privacidade, fechavam-se portas, para criar um grande salão, abriam-se todas.

Na nova casa, o *hall* interno ocupa o espaço da antiga copa, possivelmente configurando-se cotidianamente como uma sala de almoço, como relatado por Renato Franco de Mello, e indicado por uma pequena pia de lavar mãos, remanescente no cômodo. Para esse *hall* foi transferida a escada de acesso ao porão, atestando que novos usos podem ter sido dados aos porões. Possivelmente, parte das atividades de escritório de Joaquim foi transferida para os cômodos frontais do andar inferior, o que explica a mudança da escada da entrada principal poucos metros para o lado, viabilizando a construção de uma entrada pela frente para o porão e uma conexão mais direta com a Avenida Paulista. Nesses cômodos funcionavam sua biblioteca e depósitos onde guardava plantas de loteamentos e as chaves dos imóveis que alugava. Esses ambientes eram mais cuidados do ponto de vista dos acabamentos, contando, inclusive, com ornamentação nos forros, luminárias, pinturas decorativas nas paredes e colunas de inspiração oriental. Nos quartos posteriores, com um novo acesso pelo recuo lateral esquerdo, foram dispostas as habitações dos serviçais, que eram separadas entre homens e mulheres, demonstração dos arroubos moralizantes da família.

Na cozinha não houve grandes mudanças, exceto pela instalação de alguns equipamentos que devem ter otimizado (e tornado menos exaustivos) os serviços domésticos e a retirada do fogão a lenha, cuja chaminé foi encontrada na prospecção arquitetônica. Nesse sentido, foi instalado um curioso equipamento no corredor: um painel de campainhas onde havia placas com um número para cada cômodo da casa. Quando algum serviço era requisitado em uma dependência, a placa se levantava indicando o local para onde ele deveria se dirigir. Tal equipamento deve ter evitado gritarias e aumentado o controle de D. Lavínia na administração de seu lar.

FIGURA 16

Foto de pintura prospectada em cômodo frontal, no porão da residência. Fotografia: Pedro Napolitano, 2015



FIGURA 17

Foto do depósito e biblioteca de Joaquim Franco de Mello no subsolo de sua residência, com as colunas de inspiração oriental, 2014. Fotografia: Pedro Napolitano, 2015.



O luxo da fachada, o conforto interior e o esplendor dos jardins não são capazes de ofuscar as tensões sociais das quais a casa também era palco. Enquanto a vida da família ocorria no pavimento principal, aos seus criados era relegado o porão, com notável inferioridade de conforto e higiene. Essa dimensão de dominação e subjugação, plasmada no contraste entre as qualidades espaciais do térreo e do subsolo, evidencia que a dita *belle époque* não foi bela para todos. Penetravam nesse cenário de opulência, plenitude e harmonia, tão característico da concepção de homogeneidade e exclusividade desses bairros de elite, personagens indesejados ou sobre os quais exerciam controle os mais abastados.

No dia 6 de fevereiro de 1924, um homem penetrou na sala de visitas dos Franco de Mello e sob o pretexto de entregar uma carta à D. Lavínia tentou estrangulá-la com as próprias mãos (Correio Paulistano, 6 fev.1924). A dimensão do crime fratura o quadro de equilíbrio social, mostrando como, apesar das sólidas aparências, a estruturação da cena era frágil. Esse evento relativiza, portanto, a interpretação de que o afastamento da casa da via proporcionava um resguardo à família. Com tão fácil acesso à sala de visitas, não se pode imaginar que houvesse qualquer ideal de isolamento semelhante ao exclusivismo dos condomínios fechados que aparecerão em fins do século XX. Da mesma forma, a dependência do lar de trocas constantes com a rua era muito maior: todos os dias chegavam e saíam mensageiros levando telegramas, entregadores de pão e leite, entravam e saíam os serviçais etc.

A RESIDÊNCIA FRANCO DE MELLO HOJE

Viúva a partir de 1937, Lavínia Dauntre Salles de Mello continuou a morar com seus filhos na mesma residência. Solteiro, Raphael permaneceu mesmo depois da morte de sua mãe, em 1954, ali morando até a final de sua vida, em 1978. Raul e Rubens, por sua vez, deixaram a casa onde nasceram para retornar nos anos de 1950 e 1980, respectivamente. Ambos, além do atual morador Renato Franco de Mello, filho de Rubens, são os responsáveis pela maior parte das transformações realizadas no imóvel a partir de meados do século XX. Nesse ínterim, ocorreram mudanças na organização interna da residência, com a abertura de portas, a formulação de um novo banheiro, o fechamento da varanda lindeira à cozinha, e a união de dois quartos. Nota-se também uma acelerada deterioração do imóvel, que se encontra

atualmente com problemas de conservação de toda ordem, desde os acabamentos e pinturas decorativas até as instalações elétricas e hidráulicas.

Até 1949, o terreno era ocupado apenas pela residência principal e pela edícula, ambas cercadas por jardim, bosque e pomar. Em 1953, deu-se início a primeira transformação significativa do imóvel, com a construção da residência de Raul nos fundos da casa de seus pais, fazendo frente para a Alameda Santos, e de um anexo que abrigava um biotério, inaugurado em 1957.

Quase duas décadas depois, uma nova intervenção afetou o imóvel com a desapropriação de 10m do recuo frontal para alargamento da Avenida Paulista, realizada entre 1971 e 1974. Em função dessa obra, o muro frontal do imóvel foi demolido e reconstruído segundo desenho original, mas apenas parcialmente e no novo alinhamento do terreno. Do muro original não foi reconstruído o portal de acesso à garagem, mais monumental e detalhado do que o atual. A intervenção foi especialmente desastrosa no caso do imóvel em questão, pois, em função do novo alinhamento, parte do jardim frontal se perdeu e a escada original teve que ser reformada, com a construção de dois lances laterais de desenho inferior com relação ao projeto original. Além disso, o novo muro ficou muito próximo ao edifício, prejudicando a sua compreensão a partir da Avenida Paulista.

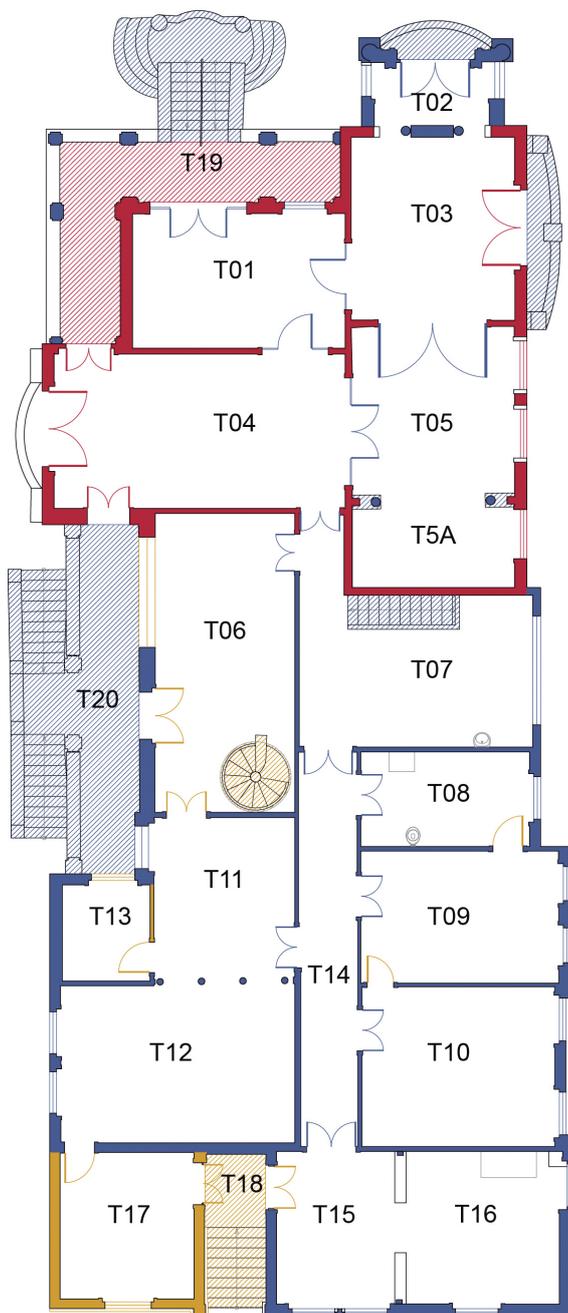
Novas modificações ocorreram em 1985, quando o terreno original foi partilhado entre os irmãos, dando origem a duas novas matrículas imobiliárias. Uma referia-se ao lote registrado em nome de Raul, voltado para a Avenida Paulista. Com 40m de frente e 50m de comprimento, este é o terreno que engloba a Residência Franco de Mello, onde será construído o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo. Com frente para a Alameda Santos, a segunda matrícula é referente ao lote registrado em nome de Rubens. Com 40m de frente e 68m de profundidade, o mesmo englobava a residência e o anexo construídos em 1953, além da edícula erguida em 1913.

A separação da propriedade original ocorreu três anos depois da abertura do processo de tombamento pelo Condephaat e durante o período de revisão do parecer favorável inicial em função da contestação dos proprietários⁵. É significativo que ela tenha sido assimilada pelo órgão e seus

5. As referidas matrículas e as contestações, assim como as respostas e encaminhamentos constam do processo de tombamento do imóvel do Condephaat.

FIGURA 18

Planta cronológica do piso térreo da Residência Franco de Mello. Desenho: Camila Raghi, 2015.



- Construção de 1905
- Ampliação de 1921
- Intervenções posteriores

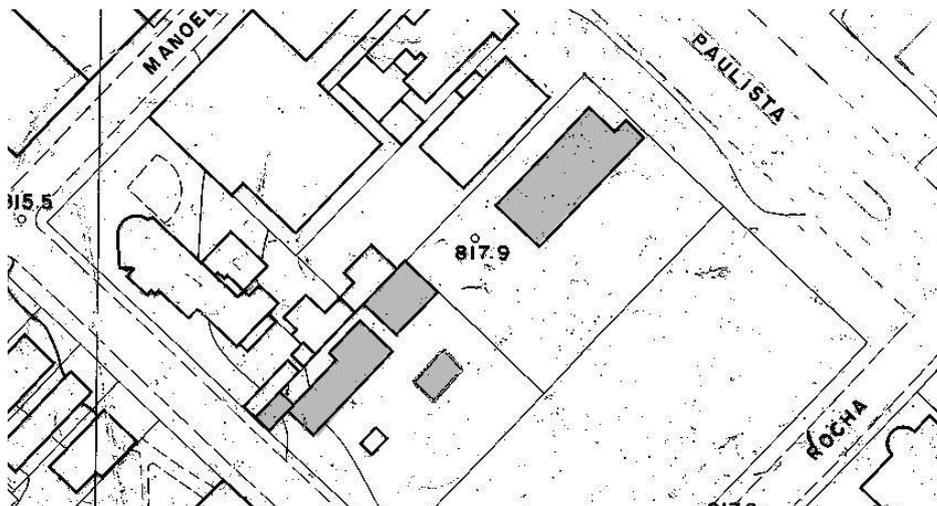
LEGENDA DE CÔMODOS

- T01 - hall de entrada
- T02 - saleta
- T03 - sala de estar social
- T04 - sala de jantar
- T05 - sala de estar íntimo
- T05A - sala de música
- T06 - escritório
- T07 - hall da escada
- T08 - banheiro
- T09 - dormitório
- T10 - dormitório
- T11 - sala de vestir
- T12 - dormitório
- T13 - banheiro
- T14 - corredor
- T15 - copa
- T16 - cozinha
- T17 - closet
- T18 - hall escada
- T19 - varanda
- T20 - varanda

conselheiros que, em seus comentários e definições, consideram apenas o imóvel voltado para a Avenida Paulista, desconsiderando as edificações erguidas no terreno junto à Alameda Santos. De fato, não há comentários sobre a residência de 1953, nem sobre a edícula de 1913 ou o biotério. Além disso, já em 1987, o conselheiro Carlos Lemos indicou interesse em pensar no tombamento considerando aproveitar o potencial construtivo da área sem prejuízo da preservação do edifício [principal] e da mata remanescente, conforme se realizara na Casa n. 37 da Avenida Paulista. Ele se pautava na Lei n. 9725/1984 que dispunha sobre essa matéria e definia os imóveis em questão como uma zona passível de sua aplicação. Não se sabe se esse estudo foi de fato realizado, porque ele não consta no Processo, mas sem dúvida a sugestão orientou os acontecimentos subsequentes, como veremos mais adiante. Por hora, interessa apontar que tal atitude não tem relação apenas com essa divisão formal do lote, mas com a concepção dominante entre os membros do Condephaat de que apenas a residência principal e a vegetação mereciam o tombamento, as demais construções não devendo ser preservadas, como se não contassem também elas a história da cidade, da arquitetura e da sociedade daquele período. Tratava-se de uma concepção de patrimônio que ainda privilegiava a produção erudita de elite, em detrimento da memória do trabalho, de outros programas e formas de expressão arquitetônicas.

FIGURA 19

Mapa no qual se pode observar a casa de Raul, com frente para a Al. Santos, a edícula, a Residência Franco de Mello e o biotério. Fonte: Gegrán, 1972.



FIGURAS 20 e 21

Fachada principal com o muro original em 1910 e 2014.
Fonte: MELO, Arnaldo de. Remanso na Avenida. Trabalho Final de Graduação – Escola da Cidade, São Paulo, 2006 e Camila Raggi, 2014.

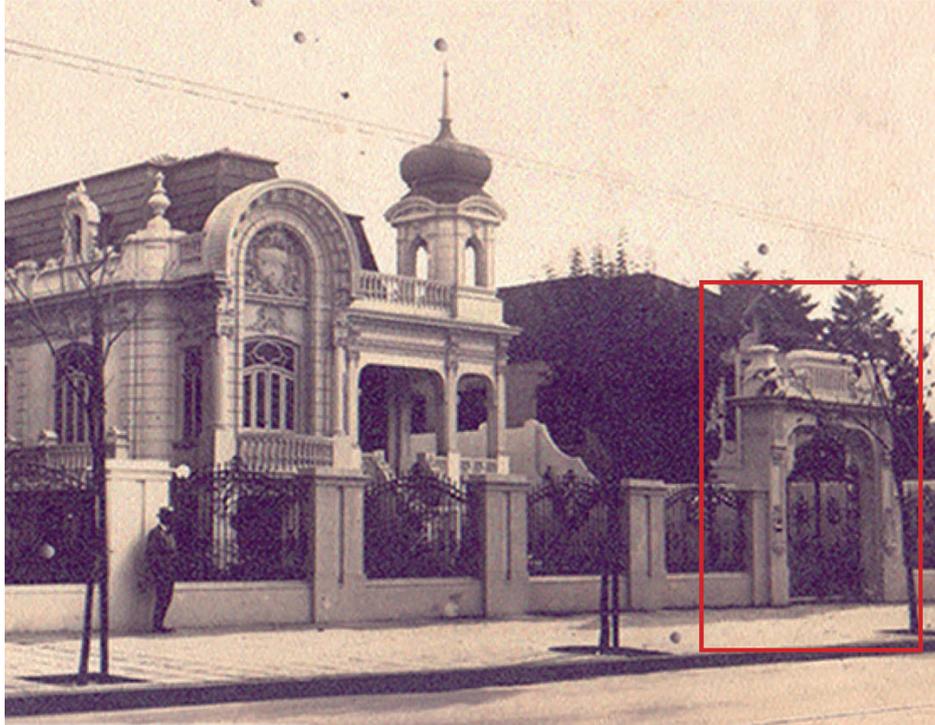


FIGURA 22

Residência Franco de Mello com Edifício Parque Paulista ao fundo. Fotografia: Pedro Napolitano, 2015.



FIGURA 23

Residência Franco de Mello com o Edifício Market Paulista. Fotografia: Pedro Napolitano, 2015.



FIGURA 24

Imagem do jardim antes da intervenção do Multipark.
Fonte: Processo de tombamento da Residência n. 1919 da Av. Paulista. Condephaat, 1982.



FIGURA 25

Imagem do jardim depois da intervenção do Multipark.
Fonte: Processo de tombamento da Residência n. 1919 da Av. Paulista. Condephaat, 1982.



A década de 1990 abriu o conjunto mais radical de transformações. Foi construído um muro de divisa que separou os dois lotes. Nesse mesmo ano, a residência de 1953, o biotério e a edícula, que não foram objeto de tombamento, foram demolidos para a construção, em 1991, do Edifício Parque Paulista, projeto do escritório Botti Rubin Arquitetos⁶. Aproveitando o potencial construtivo do imóvel, o edifício segue a orientação de Carlos Lemos de se configurar como um pano de fundo que, além de não interferir, dá destaque à Residência Mello Franco. O recuo em relação a ela também é suficiente para que do nível do pedestre, junto à calçada do imóvel, esse recuo não seja notado. Do nosso ponto de vista, tal propósito é alcançado, de fato o edifício em questão, apesar de seu porte, tem menor interferência visual na Residência do que o Edifício Market Paulista, construído no terreno ao lado. O fato de ser de menor porte e de garantir um recuo que libera a vista da fachada lateral direita da residência, conforme determinado na legislação vigente, não encobre a discrepância de linguagens, nem a falta de proporção do shopping em relação aos exemplares mais contemporâneos construídos na Avenida Paulista.

Nesse mesmo ano de 1990, foi retirada a forração original e um conjunto de árvores de grande e médio porte do terreno da Residência. Tal intervenção, ensejada pela exploração do imóvel pela empresa de estacionamentos Multipark, descaracterizou o jardim externo. Em virtude dessa intervenção, realizada antes do tombamento definitivo do imóvel, quando este ocorreu a proteção ao jardim ficou restrita às árvores de grande porte.

No mesmo período, o imóvel começou a ser ocupado para outros usos. Além do já mencionado estacionamento, a casa abrigou um sebo de livros e discos, um restaurante, um bar, um clube, um antiquário e empresas de eventos e promoções. Para abrigar essas funções algumas adaptações foram realizadas, especialmente nas instalações hidráulicas e elétricas, mas sem o planejamento e o cuidado necessários. Também foi construído um palco de estrutura metálica no lado esquerdo da casa para a realização de eventos.

6. É notável que não consta do processo de tombamento do Condephaat os trâmites para aprovação deste projeto, considerando a legislação mencionada. No processo do Conpresp, cuja abertura ocorreu em 1990, há pedidos de esclarecimentos que não chegam a termo. Dessa forma, não foi possível recuperar os conflitos e os eventuais acordos que possibilitaram a execução do referido projeto. De todo modo, deve ter pesado a experiência pregressa realizada no terreno da Casa das Rosas, no qual, em 1986, foi construído junto à Alameda Santos o Condomínio Edifício Parque Cultural Paulista, projeto do escritório do arquiteto Julio Neves.

O atual morador, Renato Franco de Mello, conta que alugava praticamente todo o piso térreo da edificação para os eventos, sendo mantida para sua moradia apenas o quarto de casal e a cozinha. Ele tem mantido o edifício, mas sem conseguir realizar os serviços de manutenção necessários à qualidade ambiental e à segurança do imóvel.

Além dessas transformações no imóvel, outras ocorreram no entorno a partir da década de 1930, afetando sua ambiência. Em 1935 foi construído o primeiro edifício da Avenida Paulista, na esquina com a Rua Frei Caneca, bem em frente à Residência Franco de Mello. A obra deu início ao processo de verticalização da Avenida, que se iniciou lentamente, em princípio destinado a uso residencial. A partir dos anos 1950, esse processo se acelera e diversifica, com a possibilidade de construção de edifícios de uso múltiplo ou destinados exclusivamente às atividades de comércio e serviços. Nesse momento, o porte dos edifícios aumenta, bem como a demolição das antigas residências, incluindo a reformulação de espaços icônicos da Avenida dos anos 1930, como o Belvedere do Trianon, destruído em 1951, onde foi depois construído o Museu de Arte de São Paulo (MASP). Em 1972, a Residência de René Thioller foi demolida para dar lugar a um novo edifício que acabou não sendo construído, possibilitando a manutenção da massa arbórea do terreno que deu origem ao atual Parque Mario Covas e que, em conjunto com a vegetação da Residência Franco de Mello, conforma uma área verde importante da Avenida. Essa mudança não afetou tanto o entorno do bem tombado quanto a demolição da residência n. 1941, por volta de 1992. No antigo terreno foi construído o Edifício Market Paulista, que, apesar dos conflitos visuais mencionados, obedeceu às exigências de recuo e porte definidas no tombamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

Ao mesmo tempo em que o processo de verticalização avançava, a Avenida Paulista se afirmava como uma centralidade importante, sentindo, já na década de 1960, um aumento considerável de seu tráfego. Por conta disso foi realizado seu alargamento e implantadas mudanças na iluminação, programação visual e ajardinamento, estas duas últimas levadas a cabo pelos arquitetos João Carlos Cauduro, Ludovico Martino e Rosa Kliass.

Além de centro comercial e financeiro, a Avenida Paulista tornou-se também, sobretudo a partir dos anos 1980, palco de manifestações, encontros culturais e eventos esportivos. Pelos usos que abrigou, a Residência Franco de Mello se tornou uma referência também nesse novo contexto e, não por acaso, abrigará o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo. Em conjunto com o Parque Mario Covas, ele se consagrará como um marco importante da Avenida Paulista.

A RESIDÊNCIA FRANCO DE MELLO AMANHÃ

O Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual foi objeto de edital PROAC n. 13/2014, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo através do Concurso de Apoio a Projetos para Restauração de Imóveis Tombados pelo Condephaat. O vencedor do concurso, escritório Hereñu + Ferroni Arquitetos, está desenvolvendo o projeto básico de arquitetura, restauro e paisagismo. Tal desenvolvimento implicou na revisão da proposta vencedora, em função do maior conhecimento das condições do imóvel a partir de um minucioso levantamento da edificação e das espécies vegetais existentes, assim como das solicitações dos órgãos de preservação e da direção do Museu da Diversidade Sexual.

Conforme mostrado em seu histórico, os valores atribuídos à Residência Franco de Mello não se limitam ao seu uso residencial original e nem simplesmente ao seu valor material e documental. Marco da apropriação pública e de manifestações coletivas da Avenida Paulista, essa edificação é hoje uma referência simbólica para diversos grupos sociais, além dos de elite. Nesse sentido, aos usos, sociabilidades e valores ligados aos modos de viver das elites de princípios do século XX foram sobrepostas novas camadas de apropriação e valoração por quem vivencia a Avenida Paulista. Entre eles os movimentos sociais, que darão sentido ao novo uso do Museu. A escolha de um dos últimos exemplares residenciais ecléticos na Avenida Paulista, cartão postal da cidade, e a concessão da propriedade pelo Estado, são significativas da conquista política pela busca da visibilidade ao movimento contra o preconceito e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Diante dessas duas instâncias, o projeto de restauro e intervenção procura estabelecer diálogos entre valores antigos e contemporâneos do edifício e de seu entorno, seguindo princípios esboçados pela Carta de Atenas

(1933) e defendidos pela Carta de Veneza (1964). Nesse sentido, busca, dentro do possível, a recuperação interna e externa da unidade formal do edifício de 1905 e 1921, conforme pesquisa histórica e prospecções, mantendo suas principais características, com a retirada de elementos anexos posteriores que comprometem esteticamente a edificação, interferem na leitura de seu arranjo espacial e linguagem arquitetônica, respeitando o princípio da mínima intervenção. Faz parte dessa ação a solução dos problemas apresentados pela edificação, sanando as patologias das fachadas externas e internas, pisos, paredes, forros e esquadrias, diagnosticadas pelo mapeamento de danos.

Ao mesmo tempo, devido à adequação de seus espaços e infraestruturas necessárias ao novo uso, atenta à distinguibilidade na linguagem e na materialidade dos novos elementos inseridos, de modo que a leitura do antigo seja sempre mantida em contraste com as novas intervenções e conservada a harmonia do conjunto. Para tanto, sempre que possível, o projeto busca garantir a reversibilidade dos novos elementos acrescidos.

Desse modo, no pavimento principal será realizada uma intervenção muito pequena devido a seu novo uso ser bastante adaptável aos espaços existentes. Apesar de apresentar inúmeras patologias, este andar possui elementos decorativos bastante íntegros e uma riqueza ornamental que deve ser preservada. Já no pavimento inferior – mais descaracterizado e menos ornamentado, contendo espaços bastante compartimentados e com pouca insolação e ventilação – as alterações propostas são maiores em virtude da necessidade de alocar usos administrativos de grande permanência.

Com a intervenção, a Residência Franco de Mello abrigará as três funções principais relativas ao Museu: pública, administrativa e de serviços, e se conectará ao novo edifício anexo através de suas aberturas presentes na fachada posterior. O projeto foi desenvolvido para que o “coração” do Museu, ou seja, as áreas públicas e de exposição de longa duração estivessem localizadas no pavimento principal da edificação. Foi proposta à direção do Museu, aproveitando os documentos e a narrativa elaborada na pesquisa, uma exposição recuperando a história da edificação, de modo que o público possa recompor os usos e modos de vida ali encenados nas primeiras décadas do século XX. Além dessa, foi proposta outra exposição, dedicada à história da família brasileira, na qual a organização familiar primeira da Residência é confrontada com os novos arranjos familiares, reivindicados principalmente pelos movimentos LGBT.

As solicitações programáticas foram dimensionadas para atender às premissas de inserção e relação espacial do conjunto sem deixar de contemplar nenhuma das funções solicitadas pelo Museu. Em sua distribuição, procurou-se aproveitar da melhor maneira a espacialidade oferecida pelas construções. Nas edificações novas, o programa se distribui de forma a abrigar os seguintes usos: acolhimento, exposições temporárias, biblioteca, auditório, gestão do acervo, reserva técnica, conservação e restauração, estúdio de gravação, área técnica e restaurante. Os espaços de circulação foram otimizados no intuito de reduzir a área total construída para estabelecer uma relação adequada entre a edificação nova e a Residência.

O acesso principal do Museu ocorrerá pelo edifício anexo, a partir de uma passarela de ligação com a Residência. A solução adotada justifica-se em função de necessidades de controle e segurança, além do atendimento à acessibilidade universal, visto que o pavimento principal encontra-se elevado em relação à via, o que torna inviável caso se mantenha as qualidades arquitetônicas da fachada frontal. A escadaria principal, voltada para Avenida Paulista será mantida, mas apenas para eventos esporádicos realizados na ala nobre da Residência. A entrada pelo *hall* principal será fechada durante a rotina de funcionamento do Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo.

O pavimento inferior, por sua vez, acolherá os espaços administrativos e de serviço. O acesso à área administrativa também ocorrerá pelo acolhimento do edifício anexo através de uma rampa, pelas mesmas razões de acessibilidade já mencionadas. O antigo *hall* da escada de madeira, que divide a planta ao meio, continuará tendo esta função, tanto de ligação com o nível superior quanto de distribuição de usos. A porção posterior da Residência, mais próxima do edifício anexo, abrigará o núcleo cultural: núcleo de gestão do acervo e documentação, diretorias cultural, administrativa e executiva, e assessoria de imprensa. Já os ambientes localizados acima e à direita do *hall* e o corredor principal, serão destinados ao setor de serviços e apoio aos terceirizados - exceto pelos três cômodos situados à direita inferior do corredor principal, que abrigarão a diretoria financeira e recursos humanos. A porta localizada na fachada frontal será utilizada para acesso de serviço com o nivelamento do piso da área externa com a interna.

Por último, o projeto visa a construção de uma nova relação com seu

entorno, através da integração do jardim com o Parque Mario Covas e da transformação de um imóvel privado em um espaço público. Por isso, a implantação do anexo é recuada em relação ao edifício e à Avenida Paulista, criando uma praça pública e um espaço de acolhimento ao Museu. Dessa forma, o volume principal se concentra sobre a clareira existente junto ao fundo do lote e sua altura total não excede a da torre ornamental da Residência. Um volume secundário, térreo, avança em diagonal até o limite do recuo frontal para conformar a praça de acolhimento e sinalizar o acesso principal ao conjunto. Cria-se também uma fachada lateral voltada para o Parque Mario Covas, visando a sua futura integração.

A edificação anexa se posiciona como um pano de fundo que destaca a Residência restaurada e a presença urbana do jardim. Além disso, a volumetria adotada para a edificação anexa se organiza de fora para dentro, a partir de elementos presentes na Residência e da localização das árvores tombadas. Sua materialidade incorpora os troncos das árvores não só para conservá-los, mas para inseri-los no espaço e valorizar sua presença. Uma delicada trama metálica cobre parcialmente as fachadas, propiciando sombreamento e controle visual dos ambientes. Como uma grande instalação cinética do artista Jesús Rafael Soto, esta busca evocar, de maneira sutil, o caráter plural, dinâmico e de resistência que marca os movimentos LGBT. A localização do estúdio para coleta de testemunhos em posição destacada provoca uma abertura na trama de fechamento semelhante a um olho ou a um ouvido, abertos a ver e ouvir para conhecer e desconstruir as barreiras da ignorância e do preconceito.

Em função das novas apropriações da edificação e de seus futuros usos, o projeto propõe subverter a relação original entre o público e o privado, com a demolição do muro frontal e integração do imóvel com a Avenida Paulista. Essa ação se ampara na constatação de que nos finais da década de 1960 o muro foi reconstruído em um novo alinhamento por conta do alargamento da Avenida, estabelecendo um recuo estranho às implantações residenciais características do ecletismo e prejudicando a fruição da fachada frontal.

Do ponto de vista das interferências arquitetônicas e estruturais, algumas medidas serão tomadas. Duas delas são mais significativas. A primeira é a inserção de uma passarela de ligação entre a residência e o anexo

ao nível do pavimento principal através da demolição da escada de serviços existente. A segunda e maior delas é o rebaixamento em aproximadamente 80cm do piso do pavimento inferior em toda a sua extensão, de forma a torná-lo utilizável para fins administrativos e de serviço, ampliando-se o pé-direito deste trecho para aproximadamente 2,80m. Considerou-se, para tanto, o provável afloramento da viga baldrame em algumas alvenarias, marcando o posicionamento do antigo piso.

Em função do rebaixamento do piso, a escada interna de madeira de acesso ao porão será prolongada a fim de alcançar a nova cota de nível, utilizando-se no novo trecho da escada materiais contemporâneos a serem definidos. Da mesma forma, uma escada na entrada frontal do pavimento inferior será criada para ligação com o piso externo de acesso de serviço, assim como uma rampa de acesso ao piso térreo do anexo. Pelo mesmo motivo, as portas serão substituídas por novas peças, atendendo a distinguibilidade dos materiais.

Ainda nesse pavimento serão inseridas novas paredes em *drywall* para atender ao novo *layout*. A escolha desse material foi motivada por sua leveza, a fim de não sobrecarregar a estrutura de tijolos autoportante existente, como também pela facilidade de execução e reversibilidade. Os sanitários existentes serão adaptados e novos serão construídos para atender aos funcionários administrativos e de serviços. Por fim, os forros deste andar, quando existentes, serão substituídos por novos, de material a ser definido.

No pavimento principal poucas intervenções serão realizadas, sendo a mais relevante a retirada do vitrô de ferro localizado na fachada lateral direita do escritório, inserido em reforma após 1921, e de linguagem dissonante ao conjunto da edificação; e o conseqüente emparedamento deste vão, a fim de atender a demanda de paredes lisas solicitadas pelo projeto museográfico para as áreas de exposição.

O objetivo fundamental do projeto é reforçar a construção de uma sociedade pautada pelas noções de respeito e de tolerância à diversidade sexual, levando-se em conta a história do imóvel, suas características arquitetônicas e paisagísticas. Nesse sentido, a proposta foi pautada por um conjunto de ações que pretendem destacar o caráter público e reforçar a dimensão simbólica da intervenção.

FIGURA 26

Perspectiva do projeto do Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo apresentada no Concurso de Apoio a Projetos para Restauração de Imóveis Tombados pelo Condephaat em 2014. Fonte: H+F Arquitetos.



FIGURA 27

Perspectiva do projeto do Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo apresentada no Concurso de Apoio a Projetos para Restauração de Imóveis Tombados pelo Condephaat em 2014. Fonte: H+F Arquitetos.



REFERÊNCIAS

- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Trad. Beatriz Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CAMPO, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.
- CAMPOS, Eudes. Chalés paulistanos. *Anais do Museu Paulista*, v.16, n.1, p. 47-108, 2008,
- CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. 814f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP. São Paulo. 4v.
- CARVALHO, Vânia Carvalho Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp, 2008.
- CURY, Isabelle. Cartas patrimoniais. Iphan, 1995.
- DIAS, Nelson Santos (coord.). *Memória da arquitetura de Santos no papel*. v. 2. Santos: Fundação Arquivo e Memória, 2010.
- FERREIRA, Pedro Beresin Schleder. *Modos de morar na São Paulo moderna (1877-1916)*. Trabalho Final de Graduação, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Escola da Cidade, 2013. Disponível na Biblioteca Vilanova Artigas, sediada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Escola da Cidade.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira (1867-1918)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. O Bexiga e os italianos em Sao Paulo, 1890/1920. In: LANNA, Ana Lucia Duarte [et. Al.] (Orgs.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 117-129.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo, 1923. Disponível em: <http://buratto.org/paulistana>. Acesso em 7 abr. 2015;
- _____. A polícia de São Paulo inimiga da urbanidade. *Diário Nacional*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1927.
- LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1986.
- _____. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- _____. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 209-244.
- MELO, Arnaldo de. *Remanso na Avenida*. Trabalho Final de Graduação – Escola da Cidade, São Paulo, 2006.
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos*. São Paulo: Perspectiva, 2014

ACERVOS CONSULTADOS

Fundo de Obras Privadas – Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Acervo dos periódicos *Diário Nacional*, *A república*, *O Combate* e *O Correio Paulistano*, digitalizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Acervo digital do periódico *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>

Acervo de processos do Condephaat.

Acervo de processos do Conpresp.

Acervo da Divisão de Documentação do Departamento de Expediente da Secretaria Municipal da Administração (Arquivo do Piqueri).

OUTRAS FONTES

Entrevista com Renato Franco de Mello, maio, 2015.

Álbuns da família Franco de Mello.

Desenhos de Júlia Moreira, 2015.

Fotografias de Camila Raggi, 2014.

Fotografias de Pedro Napolitano, 2015.

Levantamento Aerofotogramétrico executado por VASP Aerofotogrametria, 1954.

Mapeamento Aerofotogramétrico SARA BRASIL, 1930.

Processo de tombamento da Residência n. 1919 da Av. Paulista. Conpresp, 1990.

Processo de tombamento da Residência n. 1919 da Av. Paulista. Condephaat, 1982.

Registros de Imóveis contidos no 1º, 5º e 13º Registro de Imóveis do Município de São Paulo.

Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo (Gegran), 1972.